



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

CONCLUSÃO

Em 07/05/2014 19:26:59, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.
 Eu, _____, Escr., subscrevi.

SENTENÇA

Processo nº: **0019391-72.2012.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Evicção ou Vício Redibitório**
 Requerente: **Anne Carreire Danatelle Cezar**
 Requeridas: **Discasa Distribuidora Sãoocarlense de Automóveis Ltda e Volkswagen do Brasil Ltda**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Anne Carreire Danatelle Cezar move ação em face de Volkswagen do Brasil Ltda e Discasa Distribuidora Sãoocarlense de Automóveis Ltda, alegando ter adquirido da corré Discasa, em 14.12.2010, o veículo Gol 1.0, cor prata, chassi 9BWAA05U3BP124728; durante sua utilização o veículo apresentou problema na suspensão, pastilhas, discos de freios e vidro da porta lateral, que não foram reparados pela ré vendedora, mas às expensas da autora; o motor do veículo apresentou barulhos, o que foi comunicado à Discasa para substituí-lo visando resolver o problema. Os pneus apresentaram acentuado desgaste em curto intervalo de uso (5.000km), mas a Discasa, apesar de alertada sobre esse defeito, indicou o fabricante à autora para resolver o problema: “Pirelli”. Semelhantes veículos deram sérios problemas para os seus adquirentes, tendo providenciado declarações desses consumidores retratando os vícios apresentados por eles. As rés, fabricante e vendedora, não cuidaram de dar ao caso a indispensável atenção técnica, causando fortíssimos embaraços à autora, gerando-lhe danos morais. Pede a procedência da ação para, aplicando-se o princípio da inversão do ônus da prova, condenar as rés a substituírem o produto por um veículo novo, em perfeitas condições de uso, ou



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

impor o abatimento proporcional do preço ou a resolução do contrato por inadimplemento das rés (com a devolução do preço), condenando-as ainda ao pagamento de indenização por danos morais no valor de 100 salários mínimos, além das custas do processo e honorários advocatícios. Documentos às fls. 22/55.

As rés foram citadas. A Discasa contestou à fls. 75/101 dizendo que a aquisição do veículo foi negociada mediante a instalação em cortesia dos seguintes acessórios: kit de vidros elétricos, tapetes, trava das portas e película solar, cuja garantia também é de doze meses. Ainda que o vidro da porta do lado esquerdo tivesse caído, é fato que a autora não procurou pela ré para resolver o problema. As declarações fornecidas por terceiras pessoas não guardam correlação alguma com os fatos descritos na inicial. A primeira revisão se deu quando veículo contava com 9.346km. Atendendo às reclamações da autora, a ré sanou-as. Não havia barulho produzido pelo motor nessa oportunidade. A autora quando dessa revisão não permitiu que a ré realizasse os serviços de alinhamento e balanceamento dos pneus e nem a limpeza da injeção eletrônica. Em 24.11.2011, o odômetro do veículo marcava 18.181km, quando foi efetuada a segunda revisão, cujos serviços foram retratados pela OS nº 185067: além das verificações regulares, a autora indicou que o veículo estava consumindo óleo do motor e apresentando ruído metálico no motor ao arrancar. Constatou-se a normalidade do óleo. O ruído metálico acontecia em razão da redução do percentual de álcool na gasolina para 20%, alterando o som da detonação do combustível utilizado. Não houve reclamação sobre a suspensão e os freios. A garantia duraria até 14.12.2011. Nessa revisão apurou-se a necessidade de substituição das pastilhas de freio, mas a autora não a autorizou, como também não permitiu fossem feitos o alinhamento e balanceamento dos pneus e a limpeza da injeção eletrônica. A terceira revisão se deu em 13.06.2012, e o odômetro marcava 26.038km, conforme OS nº 193700, tendo havido a revisão e troca de óleo e dos filtros. A ré não permitiu o serviço de alinhamento e balanceamento dos pneus, limpeza das válvulas da injeção eletrônica e dos freios traseiros. Em 31.07.2012, o odômetro registrava 27.865km, OS nº 195937, e reclamou de barulhos no motor. Na mesma data foi feita a inspeção e os dados foram encaminhados à corre fabricante, a qual orientou a Discasa a proceder à troca completa do motor sem seus periféricos, tendo agendado a realização desses serviços em combinação com a autora, mas esta ao invés de levar o veículo para o serviço acabou por notificar a Discasa, que a contranotificou. A ausência de manutenção dos pneus determinou o desgaste destes. O problema foi causado exclusivamente pela autora. Os problemas apresentados pelo veículo não o tornaram impróprio para a utilização. Até hoje a autora não a procurou para a realização do serviço de troca do motor. Inocorreu dano moral. Improcede a demanda.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Documentos às fls. 103/132.

A corré Volkswagen contestou às fls. 134/143 dizendo que é impossível aplicar-se o § 1º, do art. 18, do CDC. A autora foi regularmente atendida quando procurou a Discasa, que reparou os problemas efetivamente constatados no veículo. A garantia do veículo é de um ano e dos componentes do motor e câmbio é de três anos, contadas da data da emissão da NF. Reiterou as manifestações da corré quanto às revisões do veículo da autora. Esta se recusou a levar o veículo para a substituição do motor. Jamais se escusou de suas obrigações como fabricante e cumpriu o dever de informação. Impugna todas as declarações de terceiros, pois não guardam relação com os fatos descritos na inicial. Não cometeu ilícito algum. Não há danos morais a serem indenizados. Improcede a ação.

Réplica às fls. 146/149. Debalde a tentativa de conciliação: fls. 155. Saneador à fl. 160. Laudo pericial às fls. 244/276. Esclarecimentos do perito acerca da impugnação da autora às fls. 314/315. Em memoriais, as partes reiteraram seus anteriores pronunciamentos. Sobre fl. 337 as corrés manifestaram às fls. 353/358.

É o relatório. Fundamento e decido.

A autora adquiriu o veículo da corré Discasa em 14.12.2010: fl. 114, por R\$ 32.200,00. Trata-se de veículo fabricado pela corré Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda (VWB). A autora, representada por seu filho, levou o veículo para as periódicas revisões: em 15.05.2011, com 9.396km rodados; em 24.11.2011, com 18.131km; em 12.06.2012, com 26.035km. Cópias das ordens de serviço das revisões constam de fls. 119/129. A autora não aceitou em revisão alguma o alinhamento e balanceamento dos pneus ou a limpeza da injeção eletrônica, que por sinal não são cobertos pela garantia conforme exclusão explícita relacionada à fl. 132. Os pneus estão excluídos da garantia da montadora, conforme página 29 do Manual de Manutenção e Garantia da VW ou fl. 47 destes autos. Consta do item 4 da página 28 do referido Manual: “no caso de pneus, a garantia é concedida diretamente pelos respectivos fabricantes e eventuais reclamações deverão ser dirigidas a eles”.

O laudo pericial consta de fls. 245/276. O veículo foi examinado pelo vistor quando o odômetro marcava 41.632km rodados (fl. 254). Foram listados à fl. 263/264 as reclamações da autora feitas à Discasa quando da entrada do veículo em sua oficina para as revisões



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

mencionadas. O perito relacionou também as providências que foram adotadas pela concessionária.

A autora não exibiu documento algum comprovando o desgaste acentuado dos pneus quando o veículo havia rodado em torno de 5.000km. De fato, as ordens de serviço retratam que o filho da autora, que habitualmente utiliza o veículo, não permitiu que a concessionária efetuasse os serviços de balanceamento e alinhamento dos pneus. O perito observou à fl. 265 que a “não utilização da pressão nos pneus indicada pelo fabricante e a falta de balanceamento e alinhamento são as causa primárias da ocorrência de desgastes desiguais nos pneus e vibrações no veículo”.

A autora podia reclamar do suposto desgaste acentuado dos pneus diretamente à fabricante Pirelli, mas não o fez, tanto que não exibiu nos autos o documento respectivo. O perito trouxe as ilustrações de fls. 256/258 e 265 para demonstrar que os desgastes constatados no pneu dianteiro esquerdo do veículo da autora (fl. 34) tem como causa a relação direta com a falta de balanceamento e alinhamento.

A autora não exibiu documento algum de que, em algum momento da utilização do veículo, tenha providenciado em qualquer outra empresa os serviços de balanceamento e alinhamento. Não consta que precocemente tenha sido obrigada a substituir os pneus originais. Não consta que tenha se envolvido em algum incidente de tráfego por conta de eventual desgaste precipitado dos pneus.

À fl. 266 o vistor enfatizou que a vibração é causada por massas não balanceadas situadas em componentes giratórios (no caso, pneus e rodas), que geram forças centrífugas sobre eles e são transmitidas para todo o veículo. Essa vibração além de diminuir a dirigibilidade do veículo causa desgastes desiguais nos pneus e danos à suspensão. Não há relação entre desgastes de pneu e freios.

À fl. 268 o perito reforçou a informação de que os documentos revelam que a autora nunca permitiu à ré Discasa procedesse serviços nos freios (fl. 125) e nos pneus do veículo (fls. 125 e 127).

O perito explicou ao final de fl. 269 como funciona o mecanismo elétrico de elevação dos vidros das portas do veículo da autora. Destacou que pelo uso esse sistema pode se desgastar e se romper, fazendo com que o vidro caia dentro do revestimento da porta, componente esse que não integra a lista dos itens a receberem manutenção preventiva (páginas 9 e 12 do Manual de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Garantia). À fl. 271 o vistor consignou que houve desgaste e rompimento do cabo de aço que aciona o mecanismo elétrico de elevação dos vidros das portas do veículo, fazendo com que o vidro caísse dentro do revestimento da porta. Em nenhuma das ordens de serviço o filho da autora pediu à corré concessionária a troca desse mecanismo. Embora tenha sustentado que providenciou a troca desse mecanismo por três vezes, não cuidou de exhibir a prova respectiva.

Na resposta dada ao último quesito de fl. 217, foi constatado o defeito de qualidade de fabricação do revestimento da porta, pois a borda de tecido está descolada (fl. 272: ilustração).

A autora, através de seu filho, rodou com o veículo, uso normal, até a data da perícia num total de 41.632km e com o mesmo motor. O estado geral aparente de conservação do veículo é bom, conforme a parte final de fl. 273.

O perito concluiu às fls. 275/276 que as reclamações da autora sobre o veículo foram resolvidas a contento, mas somente nos itens que a autora deu o seu consentimento para a substituição de peças e aplicação de mão-de-obra. A autora, sem nenhuma razão, deixou de dar o seu consentimento para que as rés providenciassem a substituição do motor. Aliás, mesmo contranotificada (fls. 53/54), manteve-se avessa à proposta de substituição do motor. As pastilhas de freio foram trocadas em outra oficina mecânica, desgaste próprio do uso do veículo, não cobertas pela garantia do fabricante. A autora e seu filho frustraram a possibilidade das corrés resolverem os alegados problemas dentro do período de garantia do veículo.

O desgaste de peças decorre do uso do veículo. Não existe blindagem absoluta para peças, motores e carcaças. Tudo se submete à deterioração ou ao desgaste implacável do tempo e dos meios de uso. A corré Discasa deu a devida e eficiente atenção ao veículo da autora em todas as revisões. A autora, curiosamente, recusou-se, injustificadamente, a proceder ao alinhamento e balanceamento dos pneus, como também à limpeza da injeção eletrônica. Não consta que tenha buscado outra empresa para atender a essas necessidades. Não providenciou para os autos documentos aptos a demonstrar o contrário.

Se a própria corré fabricante do veículo se dispôs a substituir o motor, não havia razão alguma para a autora se recusar a esse benefício. Continuou utilizando o veículo, tanto que ao tempo da perícia já havia rodado mais de 41.000km e, obviamente, com o mesmo motor. Até agora ainda persiste a disposição da corré fabricante na substituição do motor. De qualquer modo, é de se considerar que essa disposição da fabricante foi manifestada prontamente depois que a corré Discasa examinou o motor a pedido do filho da autora. Demonstrou boa-fé objetiva, quis



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

resolver o problema da consumidora, e apesar disso a autora se mostrou indiferente à iniciativa, talvez interessada em vantagens outras não previstas pelo ordenamento jurídico.

As corrés terão que pagar à autora o valor do mecanismo de elevação dos vidros, a ser identificado na fase do art. 475-B, do CPC. Não faz sentido compelir as corrés a pagarem o equivalente a três desses mecanismos, mesmo porque a autora não se deu ao trabalho de exibir com a inicial as faturas do eventual gasto com esses produtos.

A autora não faz jus ao abatimento do preço pago pelo veículo. Não é caso de resolução do contrato e nem de devolução do preço. Não é caso também de substituição do veículo. A substituição do motor apenas adicionará vantagens ao veículo, além da renovação trienal da garantia. Tivesse o veículo apresentado problemas de funcionalidade, inviabilizando mesmo que parcialmente a sua utilização, o resultado à demanda seria bem diferente.

JULGO PROCEDENTE EM PARTE a ação para: a) condenar as corrés a pagarem à autora o valor correspondente ao mecanismo de elevação dos vidros, preço esse a ser identificado nos termos do art. 475-B, do CPC; b) condenar as rés a substituírem a borda de tecido do revestimento da porta do veículo, no prazo de 15 dias, sob pena de multa compensatória equivalente a duas vezes o respectivo valor, também a ser identificado nos termos do art. 475-B, do CPC; c) determinar que as corrés substituam o motor do veículo, no prazo de 15 dias, sob penas de multa compensatória equivalente a duas vezes o respectivo valor, sem prejuízo de se constituir garantia trienal ao motor substituto. Depois do trânsito em julgado, a autora terá que agendar com a ré Discasa, com a antecedência de 15 dias, para poder deixar o veículo na concessionária para que as corrés cumpram as letras “b” e “c” da parte dispositiva desta sentença. **JULGO IMPROCEDENTES** todos os demais pedidos da autora. Houve recíproca sucumbência: cada parte arcará com o custo de seu advogado. Custas do processo: 50% para cada litigante, mas a autora é beneficiária da AJG.

P.R.I.

São Carlos, 02 de junho de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA